de «zonas urbanizadas», competindo aos engenheiros chefes das circunscricões industriais a determinação das zonas que, em cada caso especial, devam ser consideradas como urbanizadas.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro do Comércio e Comunicações assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 27 de Junho de 1928.—ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*José Dias de Araújo Correia.*

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral dos Serviços Centrais

Repartição Central

Decreto n.º 15:648

Considerando que o decreto n.º 10:570, de 14 de Fevereiro de 1925, isenta os combatentes da Grande Guerra do pagamento de propinas de matrícula e inscrição até o fim do corrente curso, quando frequentem ou venham a frequentar qualquer curso dependente dos Ministérios do Comércio e Comunicações, Instrução Pública e da Agricultura;

Considerando que, sendo o espírito do aludido diploma beneficiar todos os combatentes da Grande Guerra, esse objectivo não foi plenamente atingido em virtude de as suas disposições não abrangerem aqueles que frequentassem os estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério das Colónias;

Considerando não ser justo que os aludidos combatentes que residam no ultramar ou ali prestam serviço ao Estado, por vezes com manifesto risco da sua saúde, fiquem privados de um beneficio concedido aos que, embora a elle tenham incontestável direito, podem todavia, sem os inconvenientes da permanência nas colónias, exercer a sua actividade na metrópole;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São extensivas aos estabelecimentos de instrução dependentes do Ministério das Colónias e dos governos coloniais as disposições do decreto n.º 10:570, de 14 de Fevereiro de 1925.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr.

Para ser publicado nos «Boletins Officiais» de todas as colónias.

Paços do Governo da República, 22 de Junho de 1928.—ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*José Vicente de Freitas—José da Silva Monteiro—António de Oliveira Salazar—Júlio Ernesto de Moraes Sarmiento—Aníbal de Mesquita Guimarães—António Maria de Bettencourt Rodrigues—José Dias de Araújo Correia—José Bacelar Bebianno—Duarte Pacheco—Joaquim Nunes Mexia.*

Direcção Geral das Colónias do Occidente

Repartição de Angola e S. Tomé

2.ª Secção

Decreto n.º 15:649

Atendendo às representações feitas pelos organismos económicos de Angola sobre as dificuldades que para ela resultarão da execução, neste momento, do decreto n.º 15:449, de 7 de Maio passado, que manda ali pôr em circulação a nova moeda expressa em angolares;

Tendo em conta que há toda a vantagem, salvaguardado o prestigio dos Poderes Públicos, o nos limites do razoável, em atenuar asperesas e desfazer atritos que aquela medida ainda possa originar, de modo que todos, eficazmente e lealmente, colaborem na obra de progresso da referida colónia;

Ponderadas devidamente as circunstâncias em que Angola se encontra e as razões expostas por entidades competentes;

Com a concordância do Alto Comissário;

Nos termos do disposto no n.º 10.º da alínea b) da VIII das bases orgánicas da administração colonial, aprovadas por decreto com força de lei n.º 15:241, de 24 de Março de 1928;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta do Ministro das Colónias:

Hei por bem decretar:

Artigo 1.º É suspenso o decreto n.º 15:449, de 7 de Maio de 1928, que manda pôr em circulação na colónia de Angola, a partir de 1 de Julho de 1928, a nova moeda expressa em angolares, criada pelos decretos n.º 12:124, de 14 de Agosto de 1926, e n.º 14:921, de 20 de Janeiro de 1928.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar.

Para ser publicado no «Boletim Oficial» da colónia de Angola.

Paços do Governo da República, 25 de Junho de 1928.—ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*José Bacelar Bebianno.*

3.ª Secção

Decreto n.º 15:650

Atendendo ao que representou o Alto Comissário de Angola sobre a conveniência de evitar quaisquer dúvidas acerca da legalidade do artigo 49.º do diploma legislativo n.º 592, de 13 de Julho de 1927, que, para efeitos do crédito agrícola na referida colónia, modifica várias disposições do Código Civil;

Nos termos do disposto no n.º 2.º da alínea b) da VIII das bases orgánicas da administração colonial, aprovadas por decreto com força de lei n.º 15:241, de 24 de Março de 1928;

Com o voto consultivo do Conselho Superior das Colónias;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta do Ministro das Colónias:

Hei por bem decretar:

Artigo 1.º É confirmado, para valer como lei, o artigo 49.º do diploma legislativo n.º 592, de 13 de Julho